

## A EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: um desafio secular

**IGOR FERREIRA DANTAS**  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

**CLAUDIONOR ALVES DA SILVA**  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

### Resumo

O presente ensaio é fruto dos estudos realizados na disciplina DFCH0813 Educação de Pessoas Jovens e Adultas I, no curso de Pedagogia e tem como objetivo refletir sobre os desafios acerca da implementação da Educação de Pessoas Jovens e Adultos – EJA, ao longo da História da Educação Brasileira. Para tanto, partiu-se de uma contextualização acerca desses desafios, que perpetuam desde os primórdios da educação no Brasil, que se inicia em meados do século XVI, com a chegada dos Jesuítas em nosso país até os dias atuais. Nesse contexto, ora verificam-se avanços ora recuos por meio das políticas e práticas institucionalizadas. O fato é que os índices ainda registram a existência de milhares de pessoas jovens e adultas sem acesso à escolarização e, conseqüentemente, analfabetas e ou com baixo grau de instrução. Neste sentido, conclui-se que o estado brasileiro enfrenta ainda um grande desafio que vem perpassando os séculos: trata-se da alfabetização de todas as pessoas jovens e adultas e garantir a continuidade de seus estudos, de modo que contribua para a ampliação de uma sociedade desigual.

3160

**Palavras-chave:** Analfabetismo. Educação do Brasil. Educação de Pessoas Jovens e Adultas.

### Abstract

This essay is the result of studies carried out in the subject DFCH0813 Education of Young People and Adults I, in the Pedagogy course, and aims to reflect on the challenges surrounding the implementation of Education of Young People and Adults - EJA, throughout the history of Brazilian education. In order to do this, we started with a contextualization of these challenges, which have been perpetuated since the beginnings of education in Brazil, which began in the mid-16th century, with the arrival of the Jesuits in our country, right up to the present day. In this context, there have been advances and setbacks in institutionalized policies and practices. The fact is that the indices still show that there are thousands of young people and adults without access to schooling and, consequently, who are illiterate or have a low level of education. In this sense, it can be concluded that the Brazilian state still faces a major challenge that has lasted for centuries: it is the literacy of all young people and adults and ensuring the continuity of their studies, in a way that contributes to the expansion of an unequal society.

**Keywords:** Illiteracy. Education in Brazil. Education of Young People and Adults.

### Introdução

Apesar de importantes avanços nas últimas décadas na cobertura educacional e na taxa de alfabetização da população brasileira, o analfabetismo da população adulta, continua a ser um problema atual e um reflexo da desigualdade na sociedade. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no Brasil a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais caiu de 6,1% em 2019 para 5,6% em 2022, o que corresponde a uma redução de 0,5 ponto porcentual, o equivalente a cerca de 490 mil analfabetos a menos (IBGE, 2023).

Há um consenso, pelo menos nos discursos políticos e das políticas públicas, de que a alfabetização e a educação devem ser prioridade ao longo da vida, por considerar requisitos para a garantia do desenvolvimento de pessoas e das comunidades. No entanto, o problema do analfabetismo e da má qualidade da educação ofertada, não só persiste, mas se destaca como um desafio pendente para aqueles que são responsáveis pela tomada de decisões políticas tanto na esfera nacional, quanto nas estaduais e municipais.

Parte do desafio a que se refere, trata de sistematizar e institucionalizar modelos e estratégias de intervenção, com objetivos e metas definidos, tendo como base as evidências empíricas sobre as políticas implementadas. Devemos pensar objetivos que não estejam limitados à alfabetização e às operações matemáticas básicas, mas outros que abordem ou pelo menos tentem abordar competências mais complexas.

A escola brasileira não tem dado conta da alfabetização de todas as crianças, mesmo com 5 anos de escolaridade. Os resultados das avaliações realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), desde os anos de 1990, revelam que muitos alunos concluem o quinto ano do ensino fundamental sem o desenvolvimento das habilidades básicas de leitura e da escrita. O não aprendizado da leitura e da escrita de modo efetivo de todas as crianças, implica em adultos analfabetos e ou semianalfabetos. Desse modo, é preciso lembrar que as políticas que se fazem necessárias, devem levar em conta pelo menos duas urgências: implementar ações para o aumento do nível de alfabetização das pessoas como parte do primeiro ciclo de educação e outras que reforcem as capacidades dos jovens e adultos que estão fora do sistema educacional.

Diante do exposto, este ensaio é fruto dos estudos realizados na disciplina DFCH0813 Educação de Pessoas Jovens e Adultas I, no curso de Pedagogia, que tratou da educação de pessoas jovens e adultas no Brasil, a sua negação e ou negligência ao longo dos séculos. Nesse sentido, o objetivo deste ensaio é refletir sobre os desafios acerca da implementação da Educação de Pessoas Jovens e Adultos – EJA, ao longo da História da Educação Brasileira e suas contradições que ultrapassaram séculos e se encontra no momento atual como uma grande

problemática. Para tal, recorreremos a Freire (1981; 1987 e 2018) que retrata em suas obras sobre a necessidade da educação com prática de liberdade, como peça chave para a construção de sua sociedade mais justa e menos desigual, entretanto, devemos compreender que o mundo só pode ser mudado, se antes, o sujeito for emancipado.

Assim, sua obra configura uma reflexão acerca da educação, da pedagogia e da ética libertadora. A educação passa a vista como um ato de conhecimento, tomada de consciência da realidade, leitura do mundo, entre outros. Seu método de alfabetização tem como base a exigência de uma investigação por parte dos educadores, acerca da realidade dos educandos e da leitura que eles fazem dessa realidade. Em relação ao processo de alfabetização, este se parte da apropriação problematizadora da realidade.

Sendo assim, o modelo tradicional de educação foi por ele denominado de “educação bancária”, que se trata de uma forma de entender a educação como relação vertical. Como sabemos, é o modelo em que o educador transmite e os educandos recebem o conhecimento de forma passiva. A educação bancária se concebe como narração dos conteúdos ou transmissão de uma realidade que não requer reelaboração e que se apresenta como a única possível (Freire, 1987). Assim, segundo Freire (1987), a educação bancária supõe uma violência na medida em que se efetua uma surdez àquele que está sendo educado. É considerado violência por tratar o educando como um ignorante.

Freire (2018; 1987) compreende que as pessoas precisam ser emancipadas pela educação, para assim, mudar o mundo. Ademais, aborda sobre a relação dos indivíduos no meio social e suas contradições, como se manifesta a interação do Opressor (classe dominante) e Oprimido (classe operária) e como essa relação irá privilegiar uma determinada classe por meio de um sistema capitalista, que necessita dessa relação para permanecer em evidência em nossa sociedade. Para a promoção deste sistema, a educação tem papel fundamental, pois ela é uma ferramenta que pode contribuir e sustentar a emancipação do sujeito. Para a elite, não é interessante que essa educação chegue para todos, tampouco, seja oferecida de maneira crítica e com recursos necessários para a incorporação das massas na instituição pública de ensino. A classe trabalhadora não irá encontrar na educação que lhe é ofertada, isso quando lhe é ofertada, um meio como contribuição para suprir suas necessidades mais básicas, como exemplo: pagar as contas, alimentar-se, por conta disso, acabam evadindo da instituição e tornando-o mais uma estatística da ineficácia da educação básica em nosso país.

Isso nos faz percebermos sob vários aspectos, que é de suma importância estudar sobre esta temática de maneira exploratória, pois a ineficácia da educação do Brasil ultrapassa todos

os limites geracionais, e por mais que em diversos momentos tivemos alguns avanços, em seu grande contexto educacional, a história se estende como uma grande contradição, que irá ser massificada e moldada pela elite. Por isso, recorreremos à pedagogia de Paulo Freire por ser uma proposta de humanizar a vida. Essa humanização implica o desenvolvimento de uma equilibrada vinculação afetiva com os outros homens e com o mundo. Horizontalizar as relações humanas que se pretende realizar no ato educativo, é um local factual dos oprimidos para fora da estrutura opressiva.

### **A educação de jovens e adultos no contexto histórico e político**

A educação é, por nós, entendida como um direito humano e isso implica no conceito de aprendizagem que ocorre ao longo da vida. Conceber a educação como um direito supõe a existência de diferentes espaços de aprendizagem, tanto dentro como fora da escola. Refletir sobre a educação nessa perspectiva demanda que as Políticas de Educação e, em especial de Pessoas Jovens e Adultas, contem com uma articulação entre os diversos setores da sociedade, de modo que favoreça o desenvolvimento das pessoas (Silva, 2016).

Dialogar sobre a educação de pessoas jovens e adultas, principalmente por ter sido historicamente negligenciada pelo estado brasileiro, é tratar de pessoas analfabetas, que tiveram o direito negado à educação. Para reverter esse quadro, é fundamental maior compromisso por parte do Estado, para que garanta o seu cumprimento de forma plena. Garantir o acesso a esse direito é levar em consideração a igualdade de oportunidades para todas as pessoas, sem exclusão, ou seja, a educação deve ser acessível e disponível a todas as pessoas. É preciso ainda, considerar as especificidades e os contextos nos quais os alunos estão inseridos.

O cenário nacional, bem como o mundial, é desigual no que diz respeito às condições de acesso aos bens socioculturais. A lei garante que “Todos têm direito à educação”, mas nem todas as crianças, jovens e adultos têm tido acesso à educação, o que faz permanecer a luta pelo efetivo cumprimento desse direito.

De acordo com Bobbio (1992, p. 4), “[...] no plano histórico a afirmação dos direitos do homem deriva de uma radical inversão de perspectiva, característica da formação do Estado moderno, na representação da relação política, ou seja, na relação Estado/cidadão ou soberano/súditos [...]”. Ele ainda aponta que os direitos são históricos, pois nascem das circunstâncias que se caracterizam por lutas que defendem a liberdade contra o velho poder. Os direitos são, assim, conquistados gradualmente, conforme o momento histórico.

O acesso à escola pública é um direito subjetivo ao cidadão que está previsto no artigo 205 da constituição Federal (Brasil, 1988). Para entendermos a importância da escola pública, devemos olhar para trás para o início da construção das escolas em nosso país e analisarmos o desenvolvimento dessa instituição no decorrer dos séculos. Em 1549 os Jesuítas chegaram no Brasil com o intuito de dominação e não foi muito diferente em outros modelos políticos no decorrer do processo histórico social, econômico e político. Isso implica dizer a permanência de um modelo de educação que domina e aliena os educandos. Conforme expressa Freire (2003, p.15), “Uma coisa, pois, é a unidade entre prática e teoria numa educação orientada no sentido da libertação, outra é a mesma unidade numa forma de educação para a ‘domesticação’”. Neste sentido, estaria a confirmação da existência de duas espécies gerais de educação: uma direcionada para a “libertação” e outra para a “domesticação”, que, assim podemos dizer, tem sido a praticada no contexto brasileiro.

A educação em nosso país sempre esteve à mercê da dominação e da submissão. Instrumento poder usado em prol do favorecimento de uma classe, a da elite dominante, limitando o acesso e a qualidade do ensino para as camadas populares. Esse dualismo educacional em nosso país surge desde o seu início, no período jesuítico, mas perpetua até os dias atuais. Por mais que seja um direito de todos, a educação não tem sido prioridade ao longo da história, não tem sido, portanto, uma preocupação do governo, no que se refere à educação das classes populares. Exemplo disso, podemos perceber com a nova reforma do ensino médio, que visa formar pessoas meramente para o mercado de trabalho, sem nenhuma formação para a criticidade, o que fortalece cada vez mais a mão de obra e privilegiando a classe dominante.

As grandes mudanças na economia política que ocorreram no século XIX começaram a tomar novas proporções no século XX. Como um grande impacto das transformações, podemos citar a Semana de Arte Moderna, que marca uma ruptura com o passado e traz uma renovação de linguagem para o Brasil. A busca pelo novo, o experimento e a liberdade de expressão é o marco inicial do Modernismo brasileiro que teve seu impacto em diferentes âmbitos. Na educação, tivemos a educação nova, que lutou por uma escola completamente gratuita, obrigatória, laica e que fosse para todos, colocando homens e mulheres no mesmo parâmetro de possibilidades e aprendizagens. Nesse período surge a Escola nova como uma crítica ao modelo tradicional de ensino. O interesse do aluno é de extrema importância para o funcionamento deste método. John Dewey, então, se torna influência para grandes nomes aqui no Brasil como exemplo Anísio Teixeira.

Conforme Camurra (2008, p. 3),

A educação nova tem sua finalidade alargada para além dos limites das classes, assumindo feição mais humana, assumindo sua função social, no intuito de formar a “hierarquia democrática” pela “hierarquia das capacidades” com oportunidades iguais de educação, com objetivo de organizar, desenvolver meios de ações com o fim de dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma de suas etapas de crescimento.

Tendo em vista o progresso divulgado pelos republicanos em diversos segmentos, inclusive a educação, nos parece contraditório o alto índice de analfabetismo e os objetivos da educação na década de 1930. A tentativa de combater o analfabetismo nessa época foi ampliar o número de escola primária, mas o número de escolas criadas não foi suficiente. No entanto, é nesse período em que a educação de pessoas jovens e adultas tem lugar no cenário educacional brasileiro como parte do sistema público de educação.

Convém destacar ainda que entre as transformações pelas quais passava o país nesse período, no campo socioeconômico, como o investimento na industrialização está o êxodo rural. Isso provocou o governo atender às novas demandas surgidas tanto por parte dos operários quanto dos empresários, que culmina com o lançamento da Cruzada Nacional de Educação em 1932. Segundo Paiva (2003, p. 131) “a campanha contra o analfabetismo precisava ter caráter de salvação pública e o objetivo de sua atuação era, portanto, lutar para apagar a mancha vergonhosa do analfabetismo que degrada e avilta o Brasil”. Em 1934 é criado o Plano Nacional de Educação, que prevê o ensino primário integral obrigatório e gratuito estendido às pessoas adultas. Na história da educação brasileira, esse foi o primeiro plano que previa um tratamento específico para a educação de jovens e adultos (Strelhow, 2010).

Por influência, ou não do Manifesto dos Pioneiros, nos anos de 1940 se dá a ampliação da educação brasileira. Essa expansão se estende ao ensino de pessoas jovens e adultas, sendo prioridade com o fim da era Vargas. Em 1945 é regulamentado o Fundo Nacional do Ensino Primário estabelecendo que 25% dos recursos fossem destinados à educação de adolescentes e adultos. De certo modo, podemos afirmar a responsável por isso foi a efervescência política, que deu origem ao desejo e ou luta pela redemocratização do país. Não deixamos de considerar também que essa priorização da EJA tem, ou só tem, interesses políticos, pois era urgente o aumento das bases eleitorais (Silva, 2016).

Em 1947 o governo federal instituiu a primeira Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos. Conforme Costa e Araújo (2011, p. 1), com o objetivo de “[...] levar a educação de base a todos os brasileiros iletrados, nas áreas urbanas e rurais”. Para atingir esse objetivo, foi organizada uma estrutura capaz de mobilizar a população em todos os estados. Como

consequência, surgem escolas supletivas para a população mais carente. Em 1948 foi apresentada à Câmara uma proposta de estatuto para o ensino, que serviu de referência para o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada só em dezembro de 1961 - Lei 4.024/1961. Nessa lei prevalecem as reivindicações da Igreja Católica e dos donos de estabelecimentos particulares de ensino.

Embora foram diversas e notáveis iniciativas desenvolvidas em prol da educação de adultos desde o Manifesto dos Pioneiros, o problema da alfabetização ou o analfabetismo não foi solucionado, pois nos anos de 1950, o país contava com o índice de alfabetização aproximadamente a 50% da população brasileira (Josetti; Araújo, 2012).

A constituição de 1967 considera a educação como direito de todos, mas nenhuma referência à educação de jovens e adultos. Segundo Agliardi (2012), houveram mudanças na educação em relação a legislação anterior para a LDB 9394/1996, mas não significou uma ruptura com a diretriz predominante na EJA ao longo da história. A EJA continuou depois da LDB 9394/96 mediante a forma de cursos e exames supletivos, com fins de correção do fluxo escolar. Na atualidade, essa modalidade conta também com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos e se constitui no mais importante documento normativo para a Educação de Jovens e Adultos.

Pela primeira vez na história da educação brasileira, a EJA tem seu aparato financeiro no FUNDEB - Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério, de 2006, que prevê critérios para a distribuição de recursos financeiros, tendo em vista as matrículas de EJA. Embora tenha todo esse aparato legal, o analfabetismo no Brasil continua sendo tratado por meio de Programas e não de Políticas de estado, conforme exposição na sequência, o que para nós, faz permanecer como um desafio para a sociedade brasileira a alfabetização de todas as pessoas jovens e adultas.

### **A Educação de Pessoas Jovens e Adultos no contexto dos programas governamentais**

Entre os anos de 1549 a 1759 tivemos em nosso país o ensino Jesuítico. A “companhia de Jesus” chega ao Brasil com a intenção de aculturar os povos indígenas. A igreja visava catequizar esses povos com a perspectiva da religião católica, impondo o cristianismo para os nativos, que tinham sua própria cultura e modo de viver. A companhia de Jesus foi fundada por Inácio de Loyola e chega ao Brasil trazendo uma visão eurocêntrica.

O homem europeu aproxima-se dos indígenas para ensiná-los a ler e a escrever, cuidar da higiene do corpo com a intenção de modificar sua cultura. Os Jesuítas também educavam os filhos dos nobres daquele período, iniciando, assim, um dualismo na educação, pois a educação não era a mesma que era destinada aos indígenas, pois, estes eram preparados para posteriormente serem mandados para a Europa, com a finalidade de contemplar os seus estudos.

O segundo período na educação brasileira ocorreu entre os anos de 1759 a 1808, marcada pelas reformas feitas pelo primeiro-ministro marquês de Pombal. Ele compreende que o estado deveria estar acima da igreja e naquele contexto os Jesuítas haviam adquirido um grande espaço. A partir desse cenário, o marquês resolve diminuir o poderio da igreja no setor educacional, expulsando os Jesuítas e aplicando um novo modelo de ensino intitulado de aulas régias.

Como consequências dessas reformas, as aulas começaram a ser ministradas nas casas dos próprios estudantes, porém esse ensino acabou não dando muito certo, pois os professores eram leigos, ou seja, não tinham formação adequada para essa função. Um ponto positivo dessas reformas é a questão da laicidade dentro do nosso país, uma vez que o estado passou a predominar deixando a igreja em segundo plano.

Com relação à educação das pessoas jovens e adultas, nesse contexto, vale lembrar, de acordo com Paiva (1973) que a primeira escola noturna no Brasil surge em 1854 e tinha como objetivo alfabetizar os trabalhadores analfabetos. Com a abertura de escolas noturnas a Educação de adultos se insere no processo de institucionalização do ensino e tem seu processo de expansão chegando a 1874 com 117 escolas, claro que com fins específicos: no Pará, por exemplo, alfabetizar os indígenas e no Maranhão esclarecer colonos de seus direitos e deveres.

Em 1890, o Brasil era considerado um país de analfabetos. Para sermos mais precisos, segundo as estatísticas, em uma população de mais de 12 milhões de habitantes, a cada 100 brasileiros, apenas 16 ou 17 sabiam ler ou escrever (Brasil, 2004). Haviam poucas escolas públicas naquela época e eram apenas para filhos de famílias classe média. Os ricos contratavam preceptores para ministrar as aulas dos filhos e o ensino era em casa, ou os mandavam para os poucos colégios particulares daquela época de ensino leigo ou religioso, que se localizava nas capitais como uma espécie de colégio interno. No resto do país, existiam poucas e precárias escolas rurais que trabalhavam professores sem qualquer formação profissional.

Embora no período de transição do Império-República (1887-1897), a educação tenha sido considerada redentora dos problemas da nação, a situação da educação no período republicano seguiu sem mudanças, o que gerou o crescente número de pessoas adultas não alfabetizadas. “Com a proclamação da República, mesmo o país passando por transformações estruturais no poder político, o quadro educacional não sofreu mudanças significativas” (Moura, 2003, p.31). O modelo educacional continua privilegiando as classes dominantes.

O Brasil conta com 82,6% da população analfabeta na primeira fase do período republicano, o que deixa o país numa situação desconfortável (Ferreira e Carvalho, 2018), num período em que essa realidade proporcionou o surgimento de iniciativas e debates que objetivavam a erradicação do analfabetismo no país. No entanto, tais debates eram carregados de preconceito contra as pessoas analfabetas, vistas como incapazes. Mais tarde, nos anos de 1950 surgem nesses debates o discurso da alfabetização como arma de consciência e luta pelos direitos, tão bem explorados a partir de Paulo Freire.

Após o fim da primeira guerra Mundial, a educação e cultura do nosso país passa por um processo de transformação gradativa. O desenvolvimento da indústria foi a grande consequência que buscou uma necessidade para uma melhor população de mão de obra. Começaram a chegar mais imigrantes estrangeiros que detinham de uma melhor educação que, mesmo sendo de nível secundário, trouxe uma melhoria para educação naquela época. Os donos das fábricas, assim, passaram a exigir conhecimentos de leitura e escrita de seus operários.

É nesse cenário que surge a primeira Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos em 1947, como iniciativa do governo federal. Essa campanha tinha o objetivo de “[...] levar a educação de base a todos os brasileiros iletrados, nas áreas urbanas e rurais” (Costa e Araújo, 2011, p. 1). Foi organizado, desse modo uma estrutura capaz de mobilizar a população em todos os estados e contribuiu para o surgimento de escolas supletivas para a população mais carente. No entanto, foram várias as deficiências administrativas que levaram a inúmeras críticas a essa campanha, que convergiram para nova visão do analfabetismo.

Podemos verificar que a qualidade da oferta da alfabetização e educação para pessoas jovens e adultas no contexto brasileiro é bastante frágil. Depois do fracasso dessa primeira campanha, surgiram outras, por meio sempre de programas de governo e não de políticas públicas de estado. Como programas, elas mudam a cada mudança de governo, porém, com as mesmas ou semelhantes ações. Como atesta a UNESCO (2008), a oferta reduzida e a precária qualidade da educação de jovens e adultos no Brasil se devem, em grande medida, pelo fato de que essa modalidade de educação não ter recebido o aporte financeiro significativo.

Conforme dissemos acima, foi com Paulo Freire que o debate acerca do analfabetismo passa a ter um caráter mais político e, com a influência de suas ideias surgem na década de 1960 vários movimentos como o Movimento de Educação de Base – MEB; Movimento de Cultura Popular – MCP; Centro Popular de Cultura – CPC e Campanha de Educação Popular – CEPLAR. Pelo seu espírito de luta em prol das pessoas mais vulneráveis, esses movimentos foram extintos no período da Ditadura Militar quando, na oportunidade, foi implantado o Movimento Brasileiro pela Alfabetização – MOBRAL. Esses movimentos foram iniciativa do povo e não de órgãos governamentais, que os apoiaram posteriormente. O MEB, por exemplo, foi criado pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB).

Após a extinção do MOBRAL, com o fim da Ditadura Militar, foram implantados outros programas de alfabetização de jovens e adultos, um a cada governo. O presidente José Sarney instituiu o Programa Fundação Educar por meio do Decreto nº 91.980 em de novembro de 1985, que assumiu e redefiniu os objetivos do Mobral e alterou sua denominação. Apesar de o governo Collor de Mello não ter tido interesse em dar continuidade às políticas de alfabetização de jovens e adultos, no final de 1990, lançou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) com a meta de reduzir em 70% o analfabetismo brasileiro, no período de cinco anos. Esse programa teve vida curta, pois com a queda do Collor, assume a presidência o vice-presidente Itamar Franco que lançou o Plano Decenal de Educação em 1993 movido pelo compromisso de universalizar a educação básica, além de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de crianças, jovens e adultos. Apesar de representar avanços no setor educacional, a reformulação desse plano se deu mais para atender as demandas de instituições internacionais para obtenção de financiamentos e não para o atendimento à população. E assim, o governo Fernando Henrique instituiu o Programa Alfabetização Solidária – PAS em 1997, o que denuncia as fragilidades do referido Plano. Sem atingir suas metas, o PAS chega ao fim no ano de 2003, com a instituição do Programa Brasil Alfabetizado – PBA, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e permaneceu nos governos da presidente Dilma Roussef (Silva, 2016).

Todos os programas de Alfabetização de Pessoas Jovens e Adultas instituídas, tiveram metas ousadas, mas nenhuma delas cumpridas em sua íntegra. Os discursos, de todos eles, são bastante convincentes, apresentam os dados e fazem uma análise da conjuntura do país como se realmente fosse de plenos interesses a resolução do problema. No ato de implantação do PNAC, por exemplo, o presidente proferiu as seguintes palavras:

A história de nossa educação excluiu o povo e impediu nosso desenvolvimento integral. Não pode ir para adiante um país em que vinte por cento da população com mais de quinze anos de idade não sabe ler e escrever, em que quarenta milhões têm menos de quatro anos de escolarização. De cada cem crianças que ingressam na escola

primária, apenas vinte e duas logram concluí-la, e um número menor ainda chega a o seguinte estágio de ensino. Muitos desses brasileiros, apesar da passagem pela escola, permanecerão analfabetos por toda sua vida (Brasil, 1991, p. 5).

Não dá para duvidar da veracidade e da atualidade dessas informações contidas no discurso, com ressalvas para os dados numéricos que obviamente mudaram: eram 25% de brasileiros analfabetos em 1990 e 8% em 2015. Entre os anos de 2016 e 2022, há uma tímida redução do número de pessoas analfabetas de 15 anos ou mais. Em 2016 eram 6,7%; em 2017, 6,5%; 2018, 6,3; 2019, 6,1% e em 2022 eram 5,6% (IBGE (2022)). Segundo esses dados, o Brasil em 2022 conta com aproximadamente 10 milhões de pessoas analfabetas no país. Os dados nos fazem dizer que, considerando o marco do ano de 1985 até o atual momento, os resultados dos programas de alfabetização de pessoas jovens e adultas tiveram resultados desastrosos, em relação ao cumprimento de suas metas. A vontade política, o compromisso e as ações assumidas e desenvolvidas não viabilizaram esforços necessários acabar com o analfabetismo brasileiro.

Conforme consta no art. 22 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), N° 9.394/96, a Educação de Jovens e Adultos - EJA está integrada à educação básica, tornando-a, assim, dever do Estado ofertá-la, na garantia de que nenhum estudante que não foi escolarizado na idade correta, conforme está previsto nessa Lei, fique de fora da escola e que possa ter a oportunidade de ser escolarizado.

Observando esse fator, percebemos que o estado falhou no que se refere à EJA, pois no Brasil não se tem uma escola específica e destinada para educação de jovens e adultos, muito menos conteúdos planejados e pensados para essas pessoas. A Educação de Jovens e Adultos é, de fato, uma oportunidade para aqueles que não concluíram os estudos e ou não conseguiram se adequar às modalidades do ensino fundamental e médio, ou aqueles que não tiveram acesso à escola ou tiveram, mas foram alfabetizados. Essas ineficiências ocorrem pela falta de investimento na educação, a educação prevista no artigo 205 da constituição federal de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Controle concentrado de constitucionalidade (Brasil,1998).

Considerando a educação como direito de todos, sem nenhuma distinção de raça, classe social, orientação sexual, e independentemente da idade que o sujeito tenha, é dever do Estado garantir o acesso do cidadão em suas modalidades da educação básica. Entretanto, há o agravante de não se ter um espaço pensado e adaptado que possa produzir e fomentar a emancipação desses estudantes que, por muitas situações evadem da escola. O contexto atual

indica que muitos não têm condições básicas, financeiras de se manterem na escola, o que lhes obrigam a optar pelo mercado de trabalho, em sua grande maioria, o mercado de trabalho informal, que lhe dará como garantia o sustento imediato. Nesse sentido, a educação tem se mostrado ineficaz, pois ela não contribui para que a classe trabalhadora tenha acesso e permanência à escola, de modo que lhes garanta o acesso ao mundo do conhecimento que lhes possibilita um crescimento pessoal e profissional. Afinal, é preciso que faça cumprir as leis que garantam o acesso, a permanência e o sucesso escolar a todos e não mais uma educação que exclua o povo e promova os interesses da elite.

### **Considerações Finais**

Neste ensaio, buscamos refletir sobre a temática relacionada à Educação de Pessoas Jovens e Adultas no Brasil com destaque ao desafio secular em relação ao atendimento dessa modalidade de educação. No que se refere à oferta e à qualidade da educação, tendo em vista a legislação que garante o direito à educação, mas poucos esforços governamentais têm sido realizados para que esse direito seja cumprido. Nesse processo exploratório de pesquisas bibliográficas pudemos verificar a atual situação da educação de jovens e adultos no Brasil e que, ao longo de sua história, percebemos como insatisfatórios os programas e ou políticas desenvolvidas.

Em primeiro lugar, demonstramos como a EJA é condicionada e quais suas contradições históricas que perpetuam até os dias atuais. Pontuamos também como a relação das classes pode conduzir a sociedade em uma relação de submissão e qual o papel da educação nesse contexto: de contradição e perpetuação da mão de obra e do favorecimento das classes elitizadas.

Em seguida, recapitulamos a história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Uma história que teve grandes avanços, mas também retrocessos e prova que, em nosso país, nunca se pensou em uma modalidade de educação voltada para aqueles que ultrapassaram a idade do ensino regular e como isso influencia na construção do sujeito e suas ineficiências sociais, culturais, econômicas.

Então, conforme o que discutimos nesse ensaio, consideramos que o desafio consiste em alfabetizar e possibilitar a continuidade nos estudos a todos (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos). A oferta de vagas para a educação de pessoas jovens e adultas ainda não atingiu o número pretendido para reduzir e ou combater o analfabetismo, estando, portanto, distante de conseguir a universalização do ensino nessa modalidade, ainda que a política

educacional há mais de duas décadas tenha direcionado suas ações para esse fim. O combate ao analfabetismo, a que nos referimos, não se limita a ensinar mecanicamente o código escrito, mas emancipar, humanizar, transformar o homem para, numa concepção freireana, transformarmos a sociedade.

Por fim, concluímos que a educação é um instrumento de poder, mas que não é ofertada de maneira que produza no sujeito a emancipação defendida por Paulo Freire, o que contribuiria e muito para nossa sociedade, se caso fosse levada a sério. Podemos dizer que a educação é dada a partir do cenário social, político e econômico de um país e será estabelecida na condição de formar o sujeito trabalhador e gerar lucros para uma minoria dominante. O desafio secular continuará refletindo seus problemas por gerações futuras, tendo em vista a forma como a educação continua sendo tratada.

## Referências

AGLIARDI, Delcio Antônio. **Percursos e trajetórias das políticas e práticas educativas de jovens e adultos: do direito à educação à diversidade.** IX ANPED SUL- Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. Disponível em:

[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao\\_de\\_Pessoas\\_Jovens\\_e\\_Adultas/Trabalho/06\\_43\\_48\\_268-7088-1-PB.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao_de_Pessoas_Jovens_e_Adultas/Trabalho/06_43_48_268-7088-1-PB.pdf) Acesso em: 09 ago. de 2023.

3172

BOBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **PROGRAMA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E CIDADANIA: marcos de referência.** MEC/SEF. – Brasília: MEC/SEF, 1991.

BRASIL. **O Mapa do Analfabetismo no Brasil.** Disponível em:

[https://inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/mapa\\_do\\_analfabetismo\\_do\\_brasil.pdf](https://inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/mapa_do_analfabetismo_do_brasil.pdf).

CAMURRA, Luciana. **Escola Pública: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e o Direito à Educação.** Novembro de 2008, UNIOESTE, Campos Cascavel. Disponível em: <http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/4/Artigo%2015.pdf>. Acesso em: 05 de nov. de 2023.

COSTA, Deane Monteiro Ribeiro; ARAÚJO, Gilda Cardoso de. **A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos e a Atuação de Lourenço Filho (1947-1950): A Arte da Guerra.** Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011>. Acesso em março de 2024

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. A alfabetização de adultos: crítica de sua visão ingênua; compreensão de sua visão crítica. In: **Ação Cultural para a Liberdade**: e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. Arquivo PDF. Disponível em:

[http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/A%C3%A7%C3%A3o\\_Cultural\\_para\\_a\\_Liberdade.pdf](http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/A%C3%A7%C3%A3o_Cultural_para_a_Liberdade.pdf) Acesso em: 05 de nov. de 2023.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto; CARVALHO, Carlos Henrique de. **Escolarização e analfabetismo no Brasil: estudo das Mensagens dos presidentes dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (1890-1930)**. Disponível em:

<https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/.pdf>. Acesso em: 09 de out. de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agência IBGE Notícias**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em 09 de out. de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

JOSETTI, Celina Cassal; ARAÚJO, Rosi Valéri Corrêa. **Educação nas décadas de 1920 a 1950 no Brasil: alfabetização de adultos em questão**. GEPIADDE, Ano 6, Volume 12, Itabaiana, jul-dez de 2012.

MOURA, Maria da Glória Carvalho. **Educação de Jovens e Adultos**: um olhar sobre sua trajetória histórica. Curitiba: Educarte, 2003.

3173

PAIVA, Jane. **Direito à educação de jovens e adultos: concepções e sentidos**. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT18-2553--Int.pdf> 2003. Acesso em: 08 de ago. de 2023.

SILVA, Oney Cardoso Badoró Alves da. **Alfabetização de pessoas jovens e adultas: um estudo do Programa TOPA no Município de Vitória da Conquista – BA**. Dissertação de Mestrado –PPGED/UESB, 2016.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. **Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun. 2010.

UNESCO. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil**: lições da prática. Brasília: 2008.

Autor 1:



Igor Ferreira Dantas

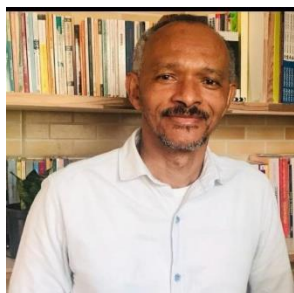
Graduando do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência/CAPES.

E-mail: [igorcl925@gmail.com](mailto:igorcl925@gmail.com).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2529640457002727>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-5564-8493>

Autor 2:



Claudionor Alves da Silva

Professor de Alfabetização e Didática da área de Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Alfabetização Inicial (GEPALI) e tem experiência na área de Educação, com ênfase em ensino da língua materna e pesquisa nos seguintes temas: alfabetização inicial, leitura e escrita.

Email: [claudionor.silva@uesb.edu.br](mailto:claudionor.silva@uesb.edu.br)

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8663984042921525>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9329-0523>